

Ulysses acha impossível prever que sistema o Brasil terá

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), acha que é impossível prever qual será a decisão do plenário sobre dois temas polêmicos que, esta semana, entram na ordem do dia: sistema de Governo e mandato presidencial.

Ulysses, com base em conversas com Constituintes e Governadores de Estado, acha que há um certo equilíbrio de posições, com cada um dos lados considerando a vitória certa. O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, por exemplo, acredita que a aprovação do parlamentarismo, sistema que defende, favorecerá a tese do mandato de quatro anos.

Ulysses concorda que o mandato e o sistema de governo são assuntos interligados, mas não se arrisca a endossar a opinião de Covas.

Inicialmente favorável ao presidencialismo com mandato de cinco anos, Ulysses agora evita assumir a posição dos quatro anos. Mas tem liberado amigos e auxiliares para a defesa dos quatro anos.

Ao contrário de outros temas, nos quais procura patrocinar entendimentos para apressar a votação, Ulysses acha que esses dois terão que necessariamente disputar a preferência do plenário. O resultado, para ele, é imprevisível porque a divisão é grande.

Esta semana serão votadas as Disposições Permanentes da nova Carta e, pelas contas do Deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), dentro de dois meses serão as Disposições Transitórias.

Este período provavelmente será preenchido pelas articulações do novo assessor político de Sarney, Thales Ramalho, ex-Deputado e Ministro do Tribunal de Contas da União, que é favorável aos cinco anos. Caso seja aprovado o presidencialismo com cinco anos nas Disposições Permanentes, seu trabalho será bastante facilitado.

Parlamentaristas e presidencialistas estão assediando Ulysses convencidos de que a posição dele é decisiva na questão.

Subsolo: Constituinte aprova o substitutivo do Centrão

BRASÍLIA — A votação do acordo de lideranças sobre a propriedade do subsolo foi interrompida na sessão de ontem da Constituinte, depois de já aprovado o seu primeiro item — que garantia a aprovação do substitutivo do Centrão, ressalvados os destaques —, diante das evidências de que os demais itens poderiam ser rejeitados por falta de quorum qualificado (280 votos). Setores do Centrão haviam decidido retirar-se do plenário em meio a uma confusão criada pela Mesa na votação de emendas que constavam da Ordem do Dia, mas não do texto combinado.

O acordo, fechado na véspera no gabinete do Líder do PMDB, Mário Covas, com a participação dos demais líderes e do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, garantia em seu primeiro item a aprovação do substitutivo do Centrão ao capítulo II do Título III, que detalha a lista dos bens da União, ressalvados os destaques. Os demais itens do acordo previam, sucessivamente, a aprovação de três emendas: 1) inclusão do subsolo na propriedade do Estado, ao lado dos recursos minerais, com o compromisso de aprovar, na votação do Título referente à Ordem Econômica, a garantia da posse do produto da lavra pelo seu concessionário ou autorizado; 2) emenda substitutiva aos incisos XI e XII do Artigo 23, sobre exploração das telecomunicações; 3) recebimento pelos Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União de royalties pela exploração de petróleo, gás natural e outros recursos minerais.

Logo que foi iniciada a sessão, o PMDB pediu verificação de quorum, a fim de saber se o Centrão tinha número suficiente para cumprir o acordo. Diante do resultado, Covas, preocupado, advertiu sobre a dificuldade de manter o compromisso com uma margem de segurança de apenas 45 constituintes acima do quorum qualificado. Mesmo assim, foi iniciada a votação e aprovado o item 1.

Porém, antes de chegar ao item 2 (a primeira das três emendas), era necessário apreciar outras três incluídas na Ordem do Dia. Ao ser votada e rejeitada a primeira, do Deputado Henrique Córdova (PDS-SC), com a informação equivocada da Me-



Amaral Neto (à esquerda), Passarinho e Bernardo Cabral discutem acordo

sa de que havia acordo para a matéria, Deputados do Centrão protestaram contra a rejeição. Amaral Neto (PDS-RJ) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) anunciaram que consideravam o entendimento rompido e propuseram aos companheiros do Centrão que se retirassem do plenário.

Todos os líderes deram esclarecimentos, inclusive o próprio Ulysses, que admitiu o equívoco, explicando que a emenda Córdova não era a do item 2 do acordo com o Centrão, embora ao anunciar a votação ele tivesse dado motivos para que se fizesse a confusão. Covas, entretanto, comprometeu-se pela aprovação em segundo turno da matéria, que exclui as ter-

ras marginais dos bens da União.

Seguiu-se outra votação confusa, na qual foi rejeitada uma fusão de emendas dos Deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Koyu Iha (PMDB-SP), facultando à lei transferir o domínio dos terrenos de marinha já habitados ou que tenham recebido benfeitorias aos Municípios.

A esta altura já era evidente o risco de falta de quorum qualificado para se passar à votação do segundo item do acordo. Diante dos apelos de todos os líderes, Ulysses encerrou a sessão, convocando outra para hoje, que será iniciada pela votação da emenda que inclui os recursos minerais do subsolo entre os bens da União.

Fechado acordo para telecomunicações

BRASÍLIA — A exploração direta ou a concessão a terceiros para explorar os serviços de telecomunicações (radiodifusão, telefonia, telégrafo, transmissão de dados e outros) continuará sendo competência da União. Isto é o que prevê a nova redação dos incisos XI e XII do Artigo 23 da nova Constituição, elaborada após acordo com o Centrão e que irá hoje a votação no plenário da Constituinte.

Pelo novo texto, a União — desde que a acionista majoritária seja uma empresa estatal — poderá conceder a terceiros a exploração de serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços de telecomunicações. Fica determinado ainda que a prestação de serviços de informação por entidades de direito privado deverá se processar através da rede pública de telecomunicações explorada pela União.

O acordo estabelece também que deverá constar das disposições transitórias uma emenda do Deputado Manoel Ribeiro (PMDB-PA), que prevê que "as concessões de serviços públicos de telecomunicações, atualmente em vigor, ficam mantidas nos termos fixados em lei".

A emenda substitutiva a ser votada é a seguinte:

"Art. 23 — Compete à União:

XI — Explorar diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de Telecomunicações. É assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado, através da rede pública de Telecomunicações explorada pela União.

XII — Explorar diretamente ou mediante concessão, autorização ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de Telecomunicações."

Divulgação dos mais ausentes provoca protestos

BRASÍLIA — A denúncia feita pelo Deputado Paulo Delgado (PT-SP), de que pelo menos 19 Constituintes faltaram, até agora, a mais de um terço das sessões e, de acordo com os Regimentos da Câmara e do Senado, deveriam perder seus mandatos, teve grande repercussão no plenário.

Foram à tribuna protestar contra a divulgação da lista o Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) e os Líderes José Lourenço (PFL-BA) e Amaral Netto (PDS-RJ), que defenderam seus companheiros, já que a grande maioria dos nomes relacionados é do Centrão. Dois Constituintes citados, estavam na sessão de ontem e se justificaram pessoalmente: Mendes Botelho (PTB-SP) e Messias Soares (PTR-RJ). Este distribuiu nota à imprensa em que explica que esteve internado no Instituto do Coração no início do ano, e invoca o testemunho do deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Presidente da Subcomissão da qual participou, para provar que foi um parlamentar assíduo.

Outro que procurou se defender foi o Deputado Mauro Borges, Presidente do PDC, que encarregou o Líder de seu partido na Câmara, Siqueira Campos, de esclarecer que suas ausências estão ligadas a problemas de família, especialmente a doença de sua mulher em consequência do suicídio do filho, no ano passado.

O levantamento de Paulo Delgado foi feito a partir da verificação nas listas de votação dos nomes de alguns Constituintes que são tidos entre seus próprios companheiros como os mais ausentes. Dezenove já faltaram a pelo menos 63 das 188 votações pesquisadas. São eles: Mário Bouchardet (PMDB-MG), Felipe Cheidde (PMDB-SP), Raul Belém (PMDB-SP), Mattos Leão (PMDB-PR), Mário de Oliveira (PMDB-MG), Milton Lima (PMDB-MG), Messias Soares (PTR-RJ), Osvaldo Coelho (PFL-PE), Roberto Campos (PDS-MT), Bosco França (PMDB-SE), Márcio Braga (PMDB-RJ), Olavo Pires (PMDB-RO), Harlan Gadelha (PMDB-PE), Mendes Botelho (PTB-SP) e Mauro Borges (PDC-GO).

Maioria do PMDB é parlamentarista

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, ouviu ontem dos coordenadores da bancada do partido a primeira avaliação oficial sobre a tendência dos peemedebistas em relação ao sistema de governo, indicando ampla preferência pelo parlamentarismo. O levantamento demonstrou ainda a opção dos Constituintes do PMDB pelo mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney.

Os coordenadores de bancada apresentaram os resultados de uma consulta que fizeram a 255 dos 296 Constituintes do partido. Destes, 140 preferem o sistema parlamentarista, 104 querem manter o presidencialista e dez continuam indecisos. Só não foram ouvidas as bancadas do Pará, Piauí, Paraíba, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A avaliação foi transmitida numa reunião convocada por Ulysses, com as presenças do Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, do Relator Bernardo Cabral e dos Vice-Líderes do partido. Ulysses se limitou a ouvir os 19 coordenadores, evitando manifestar sua posição.

Interrupção não deve impedir aprovação

BRASÍLIA — A interrupção da votação do acordo de lideranças sobre os bens da União não compromete as chances de sua aprovação na sessão de hoje, segundo previam ontem as Lideranças.

O acordo, que possibilitou a aprovação do substitutivo do Centrão, ressalvadas as emendas, prevê as seguintes alterações:

"Artigo 22 — São bens da União:

(...) VII — os potenciais de energia hidráulica; VIII — os recursos minerais, inclusive do subsolo; (...) Parágrafo Primeiro — É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da administração direta da União, compensação financeira ou participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de petróleo ou gás natural e de outros recursos minerais em seus territórios, bem como na plataforma continental,

no mar territorial e na zona econômica exclusiva respectivos. (...)"

No Artigo 23 (leia em outro local desta página), o acordo prevê a supressão de seu parágrafo único, que determinava: "O fluxo de dados transfronteiras será processado por intermédio da rede pública operada pela União". Também suprime o parágrafo quarto do Artigo 256, que dizia: "É assegurada a prestação de serviços de transmissão de informações por entidades de direito privado, através de rede pública".

Nas Disposições Transitórias, inclui o seguinte artigo: "As concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor ficam mantidas nos termos fixados em lei".

E onde for possível, no Título referente à Ordem Econômica, manda inserir: "(...) garantida ao autorizado ou concessionário a propriedade do produto da lavra".